



PREFEITURA DE

CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

A participação do ensino superior privado de Campos dos Goytacazes no programa Mais Ciência

Orientador: Heitor Benjamim Campos

Bolsista: Hayra de Araujo Louro Borges Coelho

UNIFLU

2026





SUMÁRIO

RESUMO.....	3
INTRODUÇÃO	4
DESIGUALDADES DE ACESSO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS	5
O PROGRAMA MAIS CIÊNCIA COMO POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO CIENTÍFICO	10
A MÉTRICA DE AVALIAÇÃO E A HORIZONTALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES	14
FORMAÇÃO DE CAPACIDADES CIENTÍFICAS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS.....	33

RESUMO

Este artigo analisa o papel do fomento público municipal na ampliação do acesso à iniciação científica, com foco nas Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) de Campos dos Goytacazes e em sua participação no Programa Mais Ciência, entre 2018 e 2026. A pesquisa, de abordagem qualitativa e caráter exploratório e analítico, foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise da legislação municipal, dos editais e dos resultados das seis edições do programa. Ao longo do período, foram contemplados 353 projetos, dos quais 72 estavam vinculados a instituições privadas, correspondendo a 20,4% do total. A análise do desenho do programa evidencia a existência de critérios comuns de participação e avaliação para instituições públicas e privadas, com atenção às características, à relevância, à viabilidade e à qualidade das propostas submetidas. Na edição de 2026, entretanto, as IPES responderam por apenas 29 das 159 propostas identificadas, equivalentes a 18,2% das submissões, indicando que a assimetria de participação se manifesta antes do processo de avaliação. Os resultados sugerem que a ampliação formal das oportunidades de financiamento não é suficiente para produzir participação equivalente entre os segmentos, uma vez que diferentes capacidades institucionais, condições de trabalho docente, disponibilidade dos estudantes e estruturas de apoio à pesquisa podem interferir na elaboração e submissão de projetos. Conclui-se que o Programa Mais Ciência constitui uma importante via municipal de acesso ao fomento científico, mas que a democratização da participação das IPES depende também do fortalecimento das condições institucionais necessárias para transformar a oportunidade de financiamento em participação efetiva.

INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior brasileiro nas últimas décadas ocorreu predominantemente por meio do crescimento das Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES), que atualmente concentram a maior parte das matrículas de graduação no país. Entretanto, a ampliação do acesso à universidade não foi necessariamente acompanhada pela ampliação das oportunidades de participação em atividades de pesquisa. Embora programas de iniciação científica desempenhem papel estratégico na formação de pesquisadores e no fortalecimento da produção do conhecimento, persistem diferenças significativas entre as instituições quanto às condições de inserção de seus estudantes em projetos de investigação científica, especialmente em razão das distintas estruturas acadêmicas e capacidades institucionais existentes no sistema de ensino superior brasileiro.

Nesse contexto, as políticas públicas de fomento científico assumem papel relevante ao ampliar as oportunidades de acesso à pesquisa e estimular a formação de novos pesquisadores. Tradicionalmente, esse financiamento é realizado por agências federais e estaduais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as fundações estaduais de amparo à pesquisa. Mais recentemente, alguns municípios passaram a desenvolver iniciativas próprias de incentivo à pesquisa, incorporando a ciência, a tecnologia e a inovação à agenda das políticas públicas locais. Entre essas iniciativas destaca-se o Programa Mais Ciência, desenvolvido pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes, que financia projetos de iniciação científica, inovação tecnológica e extensão universitária envolvendo instituições de ensino superior sediadas no município.

A trajetória desta política pública remonta à Lei Municipal nº 8.819, de 28 de março de 2018, que instituiu o Programa Municipal de Apoio à Ciência, Tecnologia, Inovação, Extensão e Empreendedorismo, denominado VIVA CIÊNCIA (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018). A norma já previa a possibilidade de participação de instituições de ensino públicas e privadas instaladas no município e contemplava, entre suas modalidades de apoio, bolsas de iniciação à pesquisa, bolsas destinadas a professores e pesquisadores e auxílio na modalidade de taxa de bancada. Em 2021, essa legislação foi expressamente revogada pela Lei Municipal nº 9.130, de 17 de dezembro, que instituiu o Programa Municipal de Bolsas de Pesquisa Científica, Tecnológica, Extensão e

Empreendedorismo e passou a organizar as diferentes modalidades de bolsas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2021). Entre essas modalidades, a nova legislação estabeleceu bolsas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e Extensão para estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do município, além de bolsas de apoio científico e tecnológico destinadas aos professores orientadores. A mesma lei passou a prever expressamente o Programa “Mais Ciência”, destinado aos estudantes de graduação e professores orientadores vinculados às IES públicas e privadas, bem como a modalidade de taxa de bancada para o custeio das atividades de pesquisa. Até o momento da realização desta pesquisa, foram analisadas seis edições do Programa Mais Ciência, correspondentes aos anos de 2018, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026.

O objetivo deste estudo é analisar a importância do Programa Mais Ciência para a ampliação das oportunidades de acesso à iniciação científica nas Instituições Privadas de Ensino Superior de Campos dos Goytacazes. Especificamente, busca-se examinar a participação das IPES nas diferentes edições do programa, discutir como o desenho institucional do edital influencia a distribuição das oportunidades de financiamento e identificar fatores que podem explicar a permanência de diferenças entre instituições públicas e privadas, mesmo diante de uma política pública formalmente aberta a ambos os segmentos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinados a legislação municipal, os editais e as relações de projetos contemplados pelo Programa Mais Ciência entre 2018 e 2026, bem como o Edital nº 006/2026, que permitiu analisar não apenas os projetos aprovados, mas também o conjunto das propostas submetidas ao processo seletivo. Os resultados documentais foram interpretados à luz da literatura sobre sociologia da ciência, ensino superior e políticas públicas, buscando compreender em que medida o desenho institucional do programa contribui para ampliar as oportunidades de acesso das Instituições Privadas de Ensino Superior ao sistema municipal de fomento à pesquisa.

DESIGUALDADES DE ACESSO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS

A iniciação científica ocupa posição estratégica na formação universitária ao

proporcionar ao estudante de graduação sua primeira experiência no campo da pesquisa. Mais do que um instrumento de concessão de bolsas, constitui um processo de formação que introduz o discente na elaboração de problemas de pesquisa, na revisão da literatura, na construção metodológica, na análise de resultados e na divulgação do conhecimento científico. Trata-se, portanto, de um programa voltado não apenas à produção de pesquisas, mas também à formação de novos pesquisadores, desempenhando papel relevante no fortalecimento da relação entre ensino, pesquisa e extensão e na renovação da comunidade científica brasileira.

Entretanto, o acesso a essas oportunidades não ocorre de maneira homogênea entre as Instituições de Ensino Superior (IES). Embora os principais programas de fomento científico não estabeleçam distinções formais entre instituições públicas e privadas quanto à possibilidade de participação, as condições concretas para desenvolver atividades de pesquisa permanecem distribuídas de forma desigual. Infraestrutura laboratorial, programas de pós-graduação, grupos de pesquisa consolidados, experiência na captação de recursos e políticas institucionais de incentivo à investigação científica variam significativamente entre as instituições, produzindo diferentes capacidades para inserir estudantes em atividades de pesquisa. Como observa Schwartzman (2015), o desenvolvimento científico depende não apenas da existência de pesquisadores qualificados, mas também da capacidade institucional de organizar ambientes favoráveis à produção do conhecimento.

Essa discussão torna-se ainda mais relevante quando considerada a configuração contemporânea da educação superior brasileira. Segundo os dados oficiais do Censo da Educação Superior referente ao ano-base de 2023, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2024), o ensino superior brasileiro alcançou a marca de aproximadamente 9,98 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação. Do montante total de discentes, constata-se uma acentuada hegemonia da rede privada de ensino, responsável por albergar 79,3% das matrículas no país. Em contrapartida, as instituições públicas — compreendendo as esferas federal, estadual e municipal — absorvem 20,7% do contingente de graduandos, evidenciando o predomínio do setor privado na expansão da oferta e no acesso ao nível superior no Brasil.

A expansão das matrículas do setor privado observada nas últimas décadas modificou profundamente a estrutura do sistema nacional de ensino superior. Martins (2009) observa que essa expansão consolidou um sistema marcado pela coexistência de organizações bastante heterogêneas, reunindo universidades, centros universitários e

faculdades com diferentes níveis de institucionalização da pesquisa. Chaves e Amaral (2015), ao analisarem a expansão da educação superior, demonstram que as políticas de democratização do acesso ampliaram significativamente o ingresso de estudantes nas instituições privadas, sem que esse movimento fosse necessariamente acompanhado pela mesma expansão das oportunidades de participação em atividades da pesquisa científica.

Esse cenário evidencia que a democratização do acesso ao ensino superior não se confunde com a democratização do acesso à pesquisa. O ingresso na universidade representa condição necessária para a formação científica, mas não suficiente. A possibilidade de participar de projetos de iniciação científica, integrar grupos de pesquisa, estabelecer vínculos com orientadores e desenvolver competências investigativas depende da existência de oportunidades concretas oferecidas pelas instituições e pelos programas de fomento. Assim, estudantes matriculados em diferentes organizações podem percorrer trajetórias acadêmicas profundamente distintas quanto às experiências de pesquisa, ainda que compartilhem o mesmo nível de formação.

Essa desigualdade também se relaciona à própria dinâmica dos mecanismos tradicionais de fomento à pesquisa. Em processos seletivos de agências de financiamento, a avaliação frequentemente considera, além da qualidade da proposta, elementos relacionados à trajetória acadêmica do orientador e à capacidade institucional de assegurar a execução da pesquisa, como experiência científica, produção anterior, infraestrutura disponível e condições laboratoriais. Esses critérios possuem função relevante na garantia da viabilidade dos projetos, mas podem produzir efeitos cumulativos quando associados a instituições que já dispõem de maior estrutura e tradição de pesquisa.

Estamos, pois, diante de um quadro onde os grupos mais ativos cientificamente são resgatados da vala comum da universidade por agências de fomento. Essas agências, em boa medida, pautam seus comportamentos por critérios de avaliação descendentes de uma linhagem internacional, de história curta mas intensa. Há suficiente evidência de que os mecanismos de avaliação utilizados são razoavelmente adequados para identificar os grupos mais capazes de produzir aquela ciência reconhecida como a me-lhor. Porém, existem ainda disfunções nesses mecanismos de identificação, bem como vacilações na sua adoção. É claro também que há espaço para aperfeiçoamento. Mas, no todo, é uma alternativa razoável, principalmente porque contorna os estilos paternalistas ou burocráticos das decisões vigentes na universidade. (SCHWARTZMAN, 1986, p.135)

A compreensão desse fenômeno encontra importante diálogo com a obra Ensaio de Sociologia da Ciência de Robert K. Merton. Em seu estudo clássico sobre os mecanismos de reconhecimento científico, o autor traz o conceito de Efeito Mateus, inspirado na passagem bíblica segundo a qual ao que tem, mais lhe será dado. Merton (2013) demonstra que pesquisadores e instituições que já desfrutam de prestígio tendem a receber novas oportunidades, maior reconhecimento e mais recursos para pesquisa, produzindo um processo contínuo de acumulação de vantagens.

A contribuição desse conceito para o presente estudo reside na compreensão de que a ciência opera por processos cumulativos. Recursos obtidos em determinado momento favorecem a produção de novos resultados científicos, fortalecem grupos de pesquisa, ampliam redes de colaboração e aumentam as possibilidades de obtenção de financiamentos futuros. De modo semelhante, estudantes que conseguem participar precocemente de atividades de iniciação científica passam a acumular experiências, competências e credenciais acadêmicas que frequentemente influenciam sua continuidade na pesquisa e na pós-graduação. A primeira oportunidade, portanto, não representa apenas um benefício isolado, mas pode constituir o ponto de partida para trajetórias científicas futuras.

Se a produção científica é marcada por mecanismos de acumulação de vantagens, torna-se relevante examinar como as políticas públicas distribuem as primeiras oportunidades de ingresso na pesquisa. Em programas voltados à iniciação científica, a questão central deveria deixar de ser apenas a excelência de pesquisadores já consolidados, mas também passar a desenvolver mecanismos para que estudantes ainda em formação consigam acessar experiências capazes de iniciar sua trajetória acadêmica.

A análise proposta por Pierre Bourdieu amplia essa interpretação ao compreender a ciência como um campo social estruturado por relações de poder e por disputas em torno da autoridade científica. Em Os Usos Sociais da Ciência, o autor sustenta que pesquisadores e instituições ocupam posições diferenciadas em função do capital científico acumulado, entendido como o conjunto de recursos simbólicos, institucionais e acadêmicos que confere legitimidade à produção do conhecimento (BOURDIEU, 2004). A produção científica, nessa perspectiva, não depende exclusivamente da capacidade intelectual dos indivíduos, mas também das condições objetivas de inserção no campo científico, como acesso à infraestrutura, redes de pesquisa, orientação qualificada e mecanismos de financiamento.

As contribuições de Merton e Bourdieu permitem compreender que estudantes

vinculados às diferentes Instituições de Ensino Superior ingressam na atividade científica a partir de posições institucionais desiguais. Isso não significa afirmar que a natureza jurídica da instituição determine, por si só, sua capacidade de produzir conhecimento. Significa reconhecer, contudo, que diferenças históricas na institucionalização da pesquisa podem influenciar as oportunidades concretas de participação dos estudantes em programas de iniciação científica, tornando relevante examinar de que maneira políticas públicas de fomento procuram enfrentar, ou reproduzir, essas desigualdades.

Essa distinção possui implicações importantes para a análise das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. Os principais programas nacionais de iniciação científica não restringem juridicamente a participação às universidades públicas. Instituições privadas também podem integrar esses programas, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos de fomento. A existência de regras formalmente abertas, entretanto, não elimina diferenças relacionadas à capacidade institucional de elaborar projetos, organizar grupos de pesquisa, mobilizar docentes e inserir estudantes em atividades permanentes de investigação. Em outras palavras, igualdade normativa não implica igualdade de oportunidades efetivas.

Sob essa perspectiva, o debate sobre democratização da pesquisa ultrapassa a simples ampliação do número de bolsas disponíveis. Instituições que historicamente consolidaram ambientes de pesquisa dispõem, em regra, de melhores condições para transformar oportunidades de financiamento em projetos efetivamente submetidos, enquanto organizações cuja pesquisa ainda se encontra em processo de fortalecimento enfrentam maiores dificuldades para mobilizar docentes, estudantes e estruturas acadêmicas em torno dessas mesmas oportunidades. Não se trata de uma limitação decorrente da capacidade intelectual de seus pesquisadores, mas das condições institucionais nas quais a atividade científica se desenvolve.

É precisamente nesse ponto que políticas públicas descentralizadas de fomento podem assumir relevância analítica. Ao criarem novas oportunidades de financiamento em âmbito regional ou municipal, tais políticas possuem potencial para ampliar o universo de estudantes que ingressam na iniciação científica e reduzir parte das barreiras associadas à concentração dos recursos científicos em poucos centros de pesquisa. Evidentemente, programas locais não substituem os mecanismos nacionais de financiamento nem eliminam desigualdades estruturais acumuladas ao longo de décadas. Contudo, podem atuar sobre um aspecto específico desse sistema: a ampliação das oportunidades de acesso à pesquisa para estudantes que, em determinadas circunstâncias, encontram menor disponibilidade de programas institucionais de

iniciação.

É nesse contexto que se insere o Programa Mais Ciência, instituído pelo Município de Campos dos Goytacazes. Diferentemente das políticas federais e estaduais de fomento, o programa constitui uma iniciativa municipal voltada à promoção da iniciação científica, da inovação tecnológica e da extensão universitária entre as Instituições de Ensino Superior sediadas no município. Sua relevância não decorre apenas da criação de mais uma fonte de financiamento, mas da possibilidade de incorporar novos atores ao sistema local de produção do conhecimento, ampliando o acesso de estudantes e docentes às atividades de pesquisa.

O PROGRAMA MAIS CIÊNCIA COMO POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO CIENTÍFICO

A discussão desenvolvida na seção anterior demonstrou que as oportunidades de acesso à iniciação científica não dependem exclusivamente da existência de programas de fomento, mas também da forma como esses programas são estruturados e das condições institucionais existentes para que estudantes e docentes consigam participar deles. Nesse contexto, torna-se relevante analisar iniciativas capazes de ampliar as oportunidades de acesso à pesquisa em âmbito local, especialmente quando contemplam diferentes segmentos do sistema de ensino superior. É sob essa perspectiva que se insere o Programa Mais Ciência, política pública instituída pelo Município de Campos dos Goytacazes para fomentar a iniciação científica, a inovação tecnológica e a extensão universitária.

Previsto expressamente pela Lei Municipal nº 9.130, de 2021, e operacionalizado por meio de editais públicos, o Programa Mais Ciência constitui um mecanismo municipal de financiamento à iniciação científica, destinado a estudantes regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sediadas no município, sob orientação de docentes vinculados às respectivas instituições (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2021). Ao estabelecer bolsas para estudantes e professores orientadores e prever apoio financeiro à execução das pesquisas, o programa incorpora o município ao financiamento direto das atividades de formação científica e pesquisa desenvolvidas nas instituições de ensino superior locais.

A criação de programas dessa natureza dialoga com a literatura sobre descentralização das políticas públicas. Conforme observa Souza (2006), a atuação dos

governos locais permite desenvolver respostas mais próximas das necessidades dos territórios, complementando políticas nacionais sem substituí-las. No campo da ciência, tecnologia e inovação, essa lógica assume especial importância porque possibilita direcionar recursos para demandas específicas das instituições instaladas no próprio município, estimulando pesquisas voltadas ao desenvolvimento regional e aproximando universidade, poder público e sociedade.

Uma das características mais relevantes do Programa Mais Ciência consiste em sua abrangência institucional. O programa admite a participação das diferentes Instituições de Ensino Superior instaladas em Campos dos Goytacazes, independentemente de sua natureza administrativa. Essa opção permite que instituições públicas e privadas participem de um mesmo processo seletivo, submetendo suas propostas a critérios comuns de avaliação, aspecto particularmente relevante para examinar se a política reduz a influência direta da origem institucional no julgamento dos projetos.

Para avaliar a importância dessa política para as Instituições Privadas de Ensino Superior, entretanto, não basta analisar sua estrutura normativa. É necessário verificar de que forma essa abertura institucional se materializou ao longo das diferentes edições do programa. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos projetos contemplados segundo a natureza administrativa das instituições participantes.

Tabela 1 – Distribuição dos projetos contemplados pelo Programa Mais Ciência segundo a natureza administrativa da instituição (2018–2026)

Edição	Instituições Públicas	Instituições Privadas	Total	Participação das Privadas
2018	15	15	30	50,0%
2022	50	19	69	27,5%
2023	51	7	58	12,1%
2024	47	7	54	13,0%
2025	51	11	62	17,7%
2026	67	13	80	16,3%
Total	281	72	353	20,4%

Fonte: elaboração própria a partir das relações de projetos contemplados pelo Programa Mais Ciência.

Os dados demonstram que as Instituições Privadas de Ensino Superior participaram de todas as edições analisadas, evidenciando que o acesso ao programa não permaneceu restrito às universidades públicas. No período compreendido entre 2018 e 2026, foram contemplados 353 projetos, dos quais 281 estavam vinculados às instituições públicas e 72 às instituições privadas. Em termos proporcionais, as IPES responderam por 20,4% do total de projetos financiados, enquanto as instituições públicas concentraram 79,6% das aprovações.

A evolução da série histórica revela, contudo, comportamentos distintos entre as edições. A primeira edição do programa apresentou distribuição rigorosamente equilibrada entre os dois segmentos, com quinze projetos aprovados em instituições públicas e quinze em instituições privadas. A Coordenadora do Programa Mais Ciência, Leonora Tinoco, aponta uma particularidade na elaboração do primeiro edital que possa ter contribuído para este resultado:

Antes do lançamento do primeiro edital, em 2018, foi constituída, em 2017, uma comissão formada por representantes das instituições de ensino superior do município, incluindo as instituições privadas. Esses representantes participaram de reuniões e discussões destinadas à construção do edital e, posteriormente, atuaram na mobilização de suas respectivas instituições para a apresentação de projetos. Essa participação prévia das instituições privadas na construção e divulgação da política contribuiu para o elevado número de propostas apresentadas e aprovadas por esse segmento na primeira edição.

Nos editais posteriores, entretanto, as universidades públicas passaram a concentrar maior número de projetos contemplados. Ainda assim, a presença contínua das IPES em todas as edições demonstra que sua participação deixou de ser episódica, consolidando-se como característica permanente do Programa Mais Ciência.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à estabilidade dessa participação. Embora os percentuais variem entre as diferentes edições, observa-se que as instituições privadas permaneceram presentes ao longo de toda a trajetória do programa. Esse comportamento sugere que a política pública conseguiu estabelecer um canal contínuo de acesso ao financiamento municipal da pesquisa, permitindo que estudantes e docentes vinculados às IPES passassem a integrar regularmente o conjunto de beneficiários do sistema local de fomento científico.

A análise dos dados também evidencia que a participação das Instituições Privadas de Ensino Superior não se concentrou em uma única organização. Ao longo das seis edições analisadas, foram contemplados projetos vinculados ao Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), à Universidade Candido Mendes (UCAM), à Faculdade de Medicina de Campos (FMC), ao Instituto Superior de Ensino do CENSA (ISECENSA), à Universidade Estácio de Sá (UNESA) e à Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Essa distribuição demonstra que o Programa Mais Ciência alcançou diferentes instituições privadas do município, ampliando o universo de organizações inseridas no sistema local de fomento à pesquisa.

A série histórica permite identificar dois movimentos simultâneos. O primeiro diz respeito à consolidação do programa como política pública permanente de incentivo à pesquisa. Desde sua primeira edição, o Mais Ciência manteve regularidade na oferta de bolsas e ampliou o número absoluto de projetos contemplados, alcançando oitenta aprovações na edição de 2026. Esse crescimento demonstra a progressiva institucionalização da política municipal e sua incorporação ao calendário acadêmico das Instituições de Ensino Superior de Campos dos Goytacazes. O segundo movimento refere-se à permanência da predominância das instituições públicas entre os projetos financiados. Embora as IPES tenham participado de todas as edições, a maior parte dos recursos continuou destinada às universidades públicas.

Esse resultado, entretanto, deve ser interpretado com cautela. A distribuição dos projetos contemplados permite identificar quais instituições foram beneficiadas pelo programa, mas não informa, por si só, o desempenho relativo de cada segmento no processo seletivo. Os dados apresentados na Tabela 1 indicam o número de projetos aprovados em cada edição, mas não revelam quantas propostas foram submetidas por instituições públicas e privadas nem as respectivas taxas de aprovação. Assim, a predominância quantitativa das universidades públicas entre os projetos contemplados não autoriza concluir, isoladamente, que o processo seletivo tenha favorecido determinado segmento institucional. A compreensão dessa diferença exige análise de informações adicionais sobre o universo de propostas apresentadas, questão que será retomada em seção posterior.

Conforme destaca Secchi (2021), políticas públicas devem ser avaliadas não apenas pelos recursos que distribuem, mas também pela capacidade de alterar estruturas de oportunidade e ampliar o acesso dos diferentes grupos sociais aos bens públicos. No caso do Programa Mais Ciência, a inclusão das

Instituições Privadas de Ensino Superior entre os destinatários da política representa uma alteração relevante na configuração do sistema municipal de fomento científico, na medida em que incorpora ao financiamento público estudantes pertencentes a um segmento que concentra parcela expressiva das matrículas do ensino superior brasileiro.

Os dados apresentados nesta seção demonstram, portanto, que o Programa Mais Ciência consolidou um espaço permanente de participação das Instituições Privadas de Ensino Superior no sistema municipal de fomento à pesquisa. Todavia, a permanência de diferenças quantitativas entre instituições públicas e privadas indica que a ampliação das oportunidades de acesso não foi suficiente para produzir uma participação equivalente entre os dois segmentos.

Se os dados demonstram que as Instituições Privadas de Ensino Superior participam de forma contínua do Programa Mais Ciência, torna-se necessário compreender de que maneira o desenho institucional da política procura reduzir desigualdades no momento da seleção das propostas. Em outras palavras, a questão deixa de ser apenas quem participa do programa e passa a envolver como os recursos públicos são distribuídos, deslocando a análise para os critérios de avaliação estabelecidos pelo edital e para seu potencial de horizontalização das oportunidades de acesso à iniciação científica.

A MÉTRICA DE AVALIAÇÃO E A HORIZONTALIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES

A participação das Instituições Privadas de Ensino Superior nas diferentes edições do Programa Mais Ciência permite avançar da análise sobre a existência formal da oportunidade para o exame das condições mediante as quais os recursos públicos são distribuídos. A abertura de uma política de fomento a diferentes instituições constitui apenas uma dimensão do acesso. Outra diz respeito aos critérios utilizados para selecionar as propostas e definir quais delas serão financiadas. Quando instituições com trajetórias, estruturas e capacidades científicas distintas participam de um mesmo processo seletivo, a definição daquilo que será considerado relevante pode alterar o peso que essas diferenças assumem no resultado da competição. A questão, portanto, não é apenas saber quem pode participar, mas também sobre quais bases os participantes são avaliados.

Essa perspectiva encontra respaldo na literatura sobre desenho de políticas públicas. Schneider e Ingram (1997) compreendem o policy design como um conjunto de escolhas que envolve objetivos, instrumentos, regras, destinatários e mecanismos de distribuição dos benefícios públicos. O desenho da política, nessa perspectiva, possui consequências distributivas porque estabelece as condições pelas quais determinados atores poderão acessar os recursos disponibilizados pelo Estado. Em uma política de fomento científico, os critérios de avaliação assumem importância particular porque transformam noções gerais como mérito, qualidade e relevância em parâmetros concretos de comparação entre propostas.

A discussão também precisa considerar a especificidade da iniciação científica. Diferentemente de programas destinados exclusivamente a pesquisadores consolidados, nos quais a trajetória acadêmica acumulada pode constituir importante indicador da capacidade de realização de pesquisas, a iniciação científica possui uma dimensão formativa. Seu objetivo envolve inserir estudantes em práticas sistemáticas de investigação e proporcionar experiências que contribuam para a construção de trajetórias científicas. Isso não significa afastar a exigência de qualidade ou de capacidade de orientação, mas torna relevante observar quais aspectos são mobilizados para avaliar a pesquisa que se pretende desenvolver.

Ao distinguir igualdade formal e igualdade equitativa de oportunidades, Rawls (1971) oferece uma chave interpretativa para essa discussão. A existência de regras formalmente comuns não significa, por si só, que circunstâncias anteriores deixem de influenciar as possibilidades concretas de competição. A formulação rawlsiana não foi desenvolvida para analisar políticas de ciência, tecnologia ou iniciação científica e, por isso, sua utilização neste artigo é analógica e delimitada. Sua contribuição está em permitir examinar uma questão específica: em que medida o desenho de uma política pode reduzir a influência de determinadas desigualdades anteriores no momento em que diferentes participantes disputam uma mesma oportunidade.

No Programa Mais Ciência, essa questão pode ser observada diretamente no Edital nº 006/2026. O documento estabelece, inicialmente, requisitos para os participantes. No caso do orientador, exige-se que seja professor ou pesquisador com título de Mestre ou Doutor vinculado às Instituições de Ensino Superior de Campos dos Goytacazes, com produção científica recente, experiência em orientação e Currículo Lattes atualizado. Para o estudante, o edital estabelece, entre outros requisitos, matrícula em IES pública ou privada do município,

rendimento acadêmico acumulado mínimo de 6,5 e disponibilidade para as atividades previstas pela bolsa. Esses requisitos delimitam o universo daqueles que podem ingressar no programa e estabelecem condições mínimas para a participação na política.

É importante distinguir, entretanto, esses requisitos de ingresso dos critérios utilizados para avaliar as propostas. Uma vez atendidas as condições estabelecidas pelo edital, a análise dos projetos é realizada por uma Comissão de Avaliação e Concessão de Bolsas, subdividida em Comitê Técnico e Comitê Científico. A composição da comissão aproxima o procedimento de uma forma de avaliação por pares, na medida em que a apreciação das propostas é atribuída a instâncias técnicas e científicas responsáveis por examinar sua adequação aos critérios estabelecidos no edital.

A avaliação do trabalho científico por meio de pareceristas representa uma forma específica de controle social, mecanismo este presente em diversas esferas das instituições humanas para julgar desempenhos e conceder premiações (DAVYT; VELHO, 2000). O diferencial do campo científico reside no fato de que o reconhecimento e os incentivos são concedidos estritamente por meio do julgamento entre pares. Com a evolução da ciência enquanto estrutura social, esse processo de revisão por especialistas estabeleceu-se como a ferramenta central de validação e o principal dispositivo de autorregulação do conhecimento contemporâneo.

Um método organizado para avaliar o trabalho científico, que é usado pelos cientistas para garantir que os procedimentos sejam corretos, estabelecer a plausibilidade dos resultados e distribuir recursos escassos – como o espaço em revistas, fundos de pesquisa, reconhecimento e recompensa (CHUBIN E HACKETT, 1990, p. 2).

Portanto, esse modelo fortalece a própria comunidade acadêmica, garantindo que seus membros mantenham a autonomia para estipular os critérios de pertencimento ao grupo e gerenciar, de forma autônoma, a alocação de verbas, relevância e prestígio.

O edital estabelece cinco critérios para o julgamento: atendimento às suas diretrizes; relevância e impactos da proposta para o município; viabilidade de execução; qualidade técnica do projeto; e competência profissional do proponente, que será o coordenador da pesquisa e orientador do bolsista, avaliada a partir do Currículo Lattes.

A composição desses critérios revela uma característica importante do desenho da política. A avaliação não se concentra exclusivamente na trajetória anterior do pesquisador, mas tampouco prescinde da verificação de sua capacidade de coordenar e orientar a investigação. A competência profissional aparece associada ao proponente responsável pelo projeto, enquanto os demais critérios incidem diretamente sobre aquilo que a proposta apresenta: sua adequação às diretrizes do programa, sua relevância para o município, sua viabilidade e sua qualidade técnica. Trata-se, portanto, de uma estrutura de avaliação na qual a trajetória do orientador participa do julgamento, mas em articulação com uma análise substantiva da pesquisa que será realizada.

A qualidade técnica do projeto recebe, no edital, uma definição particularmente objetiva. Sua avaliação deve considerar a clareza da definição do problema e dos objetivos, a adequação metodológica, a adequação cronológica e os procedimentos previstos para divulgação e apropriação dos resultados pela sociedade. A viabilidade da execução constitui critério próprio, enquanto a relevância deve considerar os impactos da proposta para o município e sua consonância com as temáticas definidas pelo edital ou, no caso das propostas de temática livre, com o interesse da Prefeitura Municipal. A seleção, desse modo, não se limita à identificação de quem apresenta a pesquisa, mas examina o conteúdo da investigação, sua execução e os resultados que pretende produzir.

Essa característica é reforçada pela própria forma de apresentação exigida para o projeto. O Edital nº 006/2026 determina que a proposta seja encaminhada em arquivo PDF, com no máximo doze páginas, “SEM IDENTIFICAÇÃO do professor, aluno ou instituição de ensino”. O documento deve conter título, resumo, introdução, justificativa, objetivos, metodologia, resultados esperados, plano de trabalho e referências bibliográficas. A justificativa deve abordar a necessidade e a pertinência da pesquisa e os impactos positivos a serem gerados para o município.

A exigência de apresentação sem identificação possui relevância particular para a análise da métrica do programa. Ao separar o conteúdo do projeto da identificação imediata de seu professor, estudante e instituição de origem, o edital estabelece uma condição na qual a apreciação da proposta se volta para seus elementos substantivos. O avaliador encontra, no documento destinado à análise, o problema formulado, os objetivos, a metodologia, os resultados esperados e o cronograma, mas não a informação sobre qual instituição apresentou aquela

investigação. A medida não elimina as demais informações utilizadas no processo seletivo, mas cria uma separação entre a avaliação do conteúdo da proposta e a identificação de sua origem institucional.

Essa separação é particularmente relevante para as Instituições Privadas de Ensino Superior. A quantidade de laboratórios, a existência de programas de pós-graduação, a tradição científica da instituição ou o número de grupos de pesquisa consolidados não constituem, por si mesmos, critérios de avaliação do projeto. O estudante tampouco escolhe a estrutura científica disponível na instituição em que está matriculado. Da mesma forma, um docente qualificado pode formular e orientar uma pesquisa consistente mesmo quando atua em uma organização cuja estrutura de pesquisa ainda esteja em processo de consolidação. Ao retirar a identificação institucional do documento destinado à apreciação da proposta, o edital reduz a possibilidade de que a natureza ou a reputação da instituição funcione, diretamente, como atributo de valorização ou desvalorização do projeto.

A competência profissional do orientador deve ser compreendida dentro dessa mesma lógica. O edital exige formação acadêmica, produção científica recente e experiência em orientação como condições para que o professor atue no programa e, na avaliação, considera sua competência profissional a partir do Currículo Lattes. Esses elementos permitem verificar se o pesquisador possui condições acadêmicas para coordenar a investigação e orientar o estudante na modalidade de bolsa solicitada. A trajetória do orientador, portanto, não é examinada de maneira isolada, como uma classificação geral de prestígio acadêmico, mas relacionada à responsabilidade que assumirá no desenvolvimento da pesquisa.

Essa configuração permite compreender com maior precisão o que se denomina, neste artigo, métrica centrada no projeto. A expressão não significa que o currículo do orientador seja irrelevante, nem que a política dispense requisitos de qualificação para a orientação. Significa que, uma vez atendidas as condições de participação, uma parcela substantiva da avaliação recai sobre a proposta de pesquisa e sobre sua capacidade de demonstrar relevância, qualidade técnica e viabilidade. O projeto é, nesse sentido, o objeto sobre o qual se realiza a apreciação da investigação que receberá financiamento.

A diferença é importante quando se considera a distribuição desigual das capacidades científicas entre as instituições. Instituições públicas e privadas podem possuir condições distintas de infraestrutura, programas de pós-graduação, grupos de

pesquisa, redes acadêmicas e tradição científica. Essas diferenças podem influenciar a elaboração dos projetos e as experiências acumuladas por docentes e estudantes. Entretanto, elas não são convertidas automaticamente em critérios de pontuação do projeto. O edital estabelece um conjunto comum de parâmetros para avaliar a pesquisa apresentada e, ao exigir que a proposta seja submetida sem a identificação de sua origem institucional, cria uma distância entre essas características institucionais e o documento que será diretamente apreciado pela comissão.

A literatura sobre avaliação científica contribui para compreender a importância dessa escolha. Davyt e Velho (2000) mostram que os mecanismos de avaliação da ciência são historicamente construídos e envolvem diferentes formas de apreciação da qualidade da produção científica. Os critérios utilizados pelas instituições de fomento, portanto, não constituem simples instrumentos técnicos desprovidos de consequências: eles definem quais características serão reconhecidas no processo de avaliação e quais evidências serão consideradas para atribuir valor às atividades científicas. No caso do Mais Ciência, essa discussão permite observar que a escolha por critérios relacionados à relevância, à viabilidade e à qualidade técnica do projeto representa uma determinada forma de operacionalizar o mérito científico.

O desenho do edital também estabelece uma relação direta entre a pesquisa financiada e as necessidades do município. A relevância da proposta deve considerar seus impactos para Campos dos Goytacazes, enquanto determinadas propostas devem apresentar consonância com temáticas previamente definidas pela administração municipal. O mérito, portanto, não é reduzido à trajetória acadêmica do orientador ou à produção científica anterior: a proposta também precisa demonstrar sua pertinência diante do contexto no qual será executada. Essa característica desloca parte da avaliação para aquilo que a pesquisa pretende produzir e para sua relação com uma demanda pública concretamente estabelecida.

Essa dimensão possui especial importância para uma política de iniciação científica. O estudante que ingressa no programa não é um pesquisador consolidado em escala reduzida, mas alguém em processo de formação. A avaliação de sua inserção na pesquisa precisa estar associada a um projeto que apresente problema definido, objetivos coerentes, metodologia adequada, cronograma exequível e resultados esperados. O próprio edital exige que o plano de trabalho do bolsista seja individualizado e factível para a modalidade de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico ou extensão solicitada. A centralidade do

projeto, nesse contexto, é coerente com a natureza formativa da política, pois é por meio dele que se estrutura a experiência de investigação que será desenvolvida pelo estudante.

A horizontalização das oportunidades, contudo, não deve ser confundida com homogeneização das instituições. O edital não transforma organizações com diferentes histórias, estruturas e capacidades em instituições equivalentes. Tampouco estabelece que todas deverão receber quantidade semelhante de bolsas. O que pode ser horizontalizado é uma dimensão específica da competição: a forma pela qual as propostas são apresentadas e avaliadas. A política cria uma arena comum na qual instituições públicas e privadas podem submeter projetos e disputar os mesmos recursos segundo critérios definidos previamente, sem que a identidade institucional seja apresentada no próprio documento destinado à avaliação técnica.

Essa distinção também impede que a participação das instituições privadas seja tratada como um objetivo formal do programa. O Edital nº 006/2026 estabelece que estudantes de instituições públicas ou privadas do município podem participar, mas não estabelece uma distribuição previamente determinada das bolsas entre essas categorias institucionais. Assim, a existência de oportunidades comuns não significa que o programa tenha como objetivo produzir uma distribuição proporcional entre os dois segmentos. A participação das IPES constitui, para este estudo, uma dimensão empírica relevante para avaliar o alcance da política e suas possibilidades democratizadoras, mas não um critério normativo externo utilizado para julgar a efetividade formal do programa.

Essa precisão é necessária para interpretar os resultados apresentados na seção anterior. A presença de projetos provenientes das instituições privadas demonstra que essas organizações conseguem acessar o sistema municipal de fomento, mas não permite afirmar que o desenho do edital tenha produzido igualdade de resultados. Da mesma forma, a permanência das instituições públicas como maioria entre os projetos contemplados não demonstra, isoladamente, que os critérios de avaliação sejam desfavoráveis às IPES. Para estabelecer uma relação desse tipo seria necessário conhecer, para cada segmento, o número de propostas submetidas, suas características, as notas atribuídas e as taxas de aprovação. O que o exame do edital permite afirmar é algo mais delimitado: as regras de avaliação não estabelecem a natureza pública ou privada da instituição como critério de valorização da proposta e atribuem papel substantivo à análise do projeto apresentado.

Essa constatação torna especialmente relevante o dado de 2026 analisado neste estudo. Se as instituições públicas e privadas podem participar segundo regras comuns e se a proposta é apresentada sem identificação institucional, a diferença encontrada no número de projetos submetidos não pode ser explicada apenas pelo resultado da avaliação. Ela se manifesta anteriormente, no momento em que docentes e estudantes precisam transformar a existência do edital em uma proposta efetivamente elaborada e inscrita. Das 159 propostas identificadas no Edital nº 006/2026, 29 estavam vinculadas às instituições privadas e 130 às instituições públicas, correspondendo as primeiras a 18,2% do total. Esse dado desloca a análise para uma etapa anterior à seleção: as condições que permitem produzir, mobilizar e submeter projetos.

É justamente nessa passagem que a distinção entre igualdade das regras e igualdade das condições de participação se torna fundamental. O Programa Mais Ciência pode estabelecer critérios comuns de avaliação e criar mecanismos que diminuam a influência direta da origem institucional no julgamento do projeto, mas não controla integralmente as condições nas quais docentes e estudantes chegam à etapa de submissão. A existência de tempo para elaboração da proposta, experiência de orientação, grupos de pesquisa, estruturas administrativas, mecanismos de divulgação dos editais e condições de trabalho são fatores anteriores à avaliação e distribuídos de maneira desigual entre as instituições.

Assim, a análise da métrica do Programa Mais Ciência não conduz à conclusão de que o edital tenha eliminado as diferenças entre instituições públicas e privadas. O que ela permite identificar é uma forma específica de horizontalização no interior do processo seletivo: a criação de condições comuns para apresentação e apreciação das propostas, acompanhada da retirada da identificação institucional do documento submetido à avaliação e da adoção de critérios que incidem diretamente sobre a qualidade, a relevância e a viabilidade da pesquisa. A partir desse ponto, porém, a análise precisa deslocar-se para aquilo que acontece antes da comissão avaliadora: as capacidades científicas e organizacionais necessárias para que uma proposta exista e chegue ao processo seletivo.

É essa dimensão que permite compreender por que a igualdade formal estabelecida pelo edital pode coexistir com uma participação quantitativamente desigual das instituições privadas. A oportunidade pode ser comum sem que sejam comuns as condições para aproveitá-la. No caso do Programa Mais Ciência, os dados de 2026 tornam essa distinção particularmente evidente, pois a

diferença entre os segmentos já aparece no universo das propostas submetidas, antes que os critérios de avaliação produzam seus efeitos. A análise passa, portanto, da arquitetura da seleção para as capacidades que sustentam a participação — questão que será examinada na seção seguinte.

FORMAÇÃO DE CAPACIDADES CIENTÍFICAS NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR

A análise desenvolvida na seção anterior demonstrou que o desenho institucional do Programa Mais Ciência apresenta características capazes que podem reduzir determinadas desigualdades no momento da seleção das propostas. Entretanto, a existência de critérios potencialmente mais equitativos não produziu, por si só, participação quantitativamente equilibrada entre instituições públicas e privadas. Os resultados das diferentes edições indicam que as Instituições Privadas de Ensino Superior passaram a integrar de forma contínua o sistema municipal de fomento, mas permaneceram responsáveis por parcela minoritária dos projetos contemplados. A edição de 2026 acrescenta um elemento particularmente relevante a essa discussão, pois permite observar não apenas os projetos classificados, mas também o conjunto de propostas submetidas ao processo seletivo.

No Edital nº 006/2026 foram identificadas 159 propostas, das quais 29 estavam vinculadas às Instituições Privadas de Ensino Superior e 130 às instituições públicas. As propostas provenientes das IPES corresponderam, portanto, a 18,2% do total submetido, enquanto as instituições públicas responderam por 81,8%. A diferença entre os dois segmentos manifesta-se, desse modo, antes mesmo da etapa de avaliação dos projetos. A questão não se limita à distribuição das bolsas após o julgamento das propostas: há também uma desigualdade na capacidade de transformar a existência do edital em participação efetiva no processo seletivo.

Esse resultado desloca o problema analítico. Se a seção anterior demonstrou que o edital procura concentrar a avaliação na qualidade da investigação proposta, os dados de 2026 sugerem que parte das diferenças observadas encontra-se em momento anterior à seleção. A questão passa, portanto, de compreender apenas por que as IPES recebem menos bolsas para investigar por que um número menor de projetos dessas instituições chega a ser submetido ao Programa Mais Ciência. A mudança de perspectiva permite examinar a política não somente pelo resultado da

seleção, mas também pelas condições necessárias para que os potenciais beneficiários consigam participar dela.

Essa abordagem pode ser desenvolvida a partir da literatura sobre implementação de políticas públicas. Para Secchi (2014), a implementação corresponde ao momento em que as formulações normativas são convertidas em práticas concretas e em que se produzem os resultados da política pública. O autor sintetiza essa perspectiva ao afirmar que a implementação é:

(...) arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública. A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações (SECCHI, 2014, p. 44).

Para Mazmanian e Sabatier (1989), a implementação não constitui uma etapa automática posterior à formulação da política, mas um processo no qual diferentes variáveis podem favorecer ou dificultar a consecução dos objetivos estabelecidos. Entre essas variáveis, os autores destacam a tratabilidade do problema, a capacidade dos dispositivos legais de estruturar favoravelmente o processo de implementação e os efeitos das condições políticas e contextuais. A utilização dessas dimensões permite examinar por que a abertura formal do Programa Mais Ciência às diferentes Instituições de Ensino Superior não necessariamente produz níveis equivalentes de participação.

No que se refere à tratabilidade do problema, uma dificuldade particular do Programa Mais Ciência encontra-se na heterogeneidade do próprio corpo docente das Instituições de Ensino Superior. A implementação de uma política de iniciação científica depende não apenas da existência de estudantes aptos a participar, mas também da capacidade de mobilizar professores interessados e disponíveis para a orientação de pesquisas. Nas instituições privadas, os docentes apresentam trajetórias profissionais diversificadas, e nem todos possuem a pesquisa acadêmica como eixo de sua formação ou de sua atuação profissional. Essa característica não permite qualquer juízo sobre sua competência para o ensino ou sobre a qualidade de sua atuação docente; trata-se, especificamente, de uma diferença quanto à trajetória e à disposição para incorporar atividades sistemáticas de pesquisa à prática profissional.

Essa heterogeneidade relaciona-se também à própria composição histórica de parte do corpo docente do ensino superior privado, em que a experiência profissional

adquirida fora da universidade pode desempenhar papel importante na inserção na docência. Profissionais provenientes de campos como magistratura, advocacia, administração pública, medicina e outras atividades especializadas podem ingressar no ensino superior em razão de sua experiência profissional e de seu domínio específico, sem que tenham necessariamente construído uma trajetória acadêmica marcada pela participação continuada em grupos de pesquisa, publicação científica e orientação de investigações. A presença desses profissionais pode ser relevante para a formação dos estudantes, especialmente pela aproximação entre conhecimento acadêmico e experiência profissional, mas não significa necessariamente que a pesquisa científica ocupe posição central em sua trajetória profissional.

A dificuldade de implementação, nesse caso, não decorre simplesmente da existência ou ausência de interesse individual pela pesquisa. Entre a publicação do edital e a submissão de um projeto existe uma sequência de ações que exige informação, mobilização, elaboração da proposta, disponibilidade de tempo e disposição para assumir a orientação. Quanto mais heterogêneo for o conjunto de atores responsáveis por ativar essa cadeia, maior poderá ser a dificuldade de transformar uma oportunidade formal de financiamento em participação efetiva.

É necessário, contudo, distinguir a abertura da oportunidade do objetivo formal da política. Embora o Programa Mais Ciência possibilite que estudantes de instituições públicas e privadas concorram às bolsas segundo as regras estabelecidas nos editais, não se pode inferir, apenas dessa possibilidade, que a redução das diferenças de participação entre os dois segmentos constitua objetivo explícito do programa. Caso uma determinada edição contemplasse exclusivamente projetos de instituições públicas, esse resultado poderia revelar baixa participação das IPES, mas não configuraria, isoladamente, fracasso da política em relação aos objetivos formalmente estabelecidos, desde que os procedimentos previstos fossem observados e os projetos selecionados atendessem às finalidades do programa. A participação das instituições privadas constitui, assim, uma dimensão relevante para analisar o alcance e o potencial democratizador da política, mas não deve ser convertida em parâmetro exclusivo de sua efetividade.

A segunda dimensão proposta por Mazmanian e Sabatier (1989) refere-se à capacidade dos dispositivos da política de estruturar favoravelmente sua implementação. Nesse aspecto, o Programa Mais Ciência apresenta mecanismos relativamente definidos: estabelece o público participante,

disciplina a apresentação e a avaliação dos projetos, prevê bolsas para estudantes, contempla apoio financeiro à execução das pesquisas por meio de taxa de bancada e define responsabilidades relacionadas à orientação e ao acompanhamento dos projetos. Os editais também estabelecem a participação dos integrantes do programa em eventos científicos realizados no município, incorporando à política uma dimensão de divulgação e socialização dos resultados da pesquisa. Esse conjunto de regras fornece uma estrutura formal para a implementação e reduz incertezas quanto aos procedimentos básicos de participação.

A existência dessa estrutura, contudo, não elimina diferenças na capacidade das instituições de utilizá-la. O mesmo edital pode chegar a organizações com níveis distintos de institucionalização da pesquisa, de experiência na elaboração de projetos e de capacidade administrativa para acompanhar chamadas públicas. A regra é comum; as condições de apropriação da regra, não. Essa distinção é fundamental para compreender por que a igualdade formal estabelecida pelo edital pode coexistir com resultados quantitativamente diferentes entre os segmentos.

As condições de trabalho docente constituem, nesse ponto, uma variável particularmente relevante. Amorim (2008), em estudo sobre a docência em universidade privada, chama atenção para a necessidade de determinados professores combinarem diferentes vínculos profissionais:

O problema que acontece na universidade privada em relação ao regime de trabalho do professor é o mesmo de certa forma que acontece em outros níveis de ensino, ou seja, o professor horista precisa completar a sua jornada de trabalho, seja em outra escola ou em outro emprego qualquer para obter um salário, que no fim do mês lhe garanta o mínimo para sua sobrevivência, sendo assim esse professor vive uma maratona (AMORIM, 2008, p. 49).

A observação é relevante para a análise do Mais Ciência porque a pesquisa científica pressupõe atividades que não se restringem ao período destinado à sala de aula. A elaboração de projetos, a orientação de estudantes, a participação em grupos de pesquisa, a análise de dados e o acompanhamento dos resultados exigem disponibilidade temporal adicional. Quando o docente precisa distribuir sua jornada entre diferentes instituições ou atividades profissionais, a participação em um programa de iniciação científica pode representar uma demanda adicional sobre um tempo que já se encontra comprometido.

A literatura sobre carreira docente em instituições privadas também chama atenção para essa característica. Veloso (2009), ao analisar a carreira de professores em uma instituição privada de ensino superior, observa:

No caso da carreira do professor universitário (especialmente os de instituições privadas), é importante considerar características especiais desse tipo de profissão, entre elas, a possibilidade de se dedicar parcialmente ou integralmente a uma instituição. No primeiro caso, é comum professores lecionarem em várias instituições, ou assumirem outros tipos de atividade, independente do tipo de vínculo empregatício (VELOSO, 2009, p. 10).

As condições de trabalho, portanto, constituem uma dimensão contextual que pode interferir na capacidade de mobilização dos docentes. Não se pretende afirmar que todos os docentes das instituições privadas estejam submetidos ao regime de hora-aula ou que todos os professores das universidades públicas disponham de dedicação exclusiva. A questão diz respeito às diferentes estruturas de carreira e de organização do trabalho acadêmico. Em determinados regimes existentes nas universidades públicas, a dedicação exclusiva e a integração formal entre ensino, pesquisa e extensão podem proporcionar condições específicas para o desenvolvimento continuado de atividades de investigação. Nas instituições privadas, por outro lado, a presença de vínculos parciais e a combinação de diferentes atividades profissionais podem, em determinadas situações, limitar o tempo disponível para pesquisa e orientação.

Resultados mais amplos sobre as condições de trabalho docente reforçam a pertinência dessa variável. Gemelli e Closs (2023), em pesquisa quantitativa realizada com 607 docentes de instituições privadas das regiões Sul e Sudeste, identificaram processos de precarização do trabalho docente e observaram a carga horária de trabalho como importante fator associado a esse fenômeno, além da influência do tipo de vínculo empregatício. O estudo não investigou especificamente a participação em programas de iniciação científica ou em editais de fomento e, portanto, não permite estabelecer relação causal entre precarização e menor submissão de projetos ao Mais Ciência. Seus resultados, contudo, oferecem base empírica para considerar as condições de trabalho como variável contextual relevante na análise da disponibilidade docente para atividades acadêmicas que ultrapassam a sala de aula.

A terceira dimensão proposta por Mazmanian e Sabatier (1989) refere-se às variáveis políticas e contextuais que interferem no processo de implementação. A

política pública não é executada em ambiente institucional neutro: diferentes condições organizacionais, econômicas e profissionais, assim como os níveis de cooperação entre os atores envolvidos, podem alterar a capacidade de uma política alcançar seus objetivos. No caso do Mais Ciência, a heterogeneidade das instituições participantes constitui elemento central desse contexto. A existência de estruturas administrativas dedicadas à pesquisa, coordenações de iniciação científica, grupos de pesquisa consolidados e mecanismos internos de divulgação de editais pode facilitar a mobilização de docentes e estudantes, enquanto a ausência ou menor institucionalização dessas estruturas pode fazer com que a participação dependa mais intensamente de iniciativas individuais.

Essa dimensão ajuda a compreender o papel das instituições na transformação da oportunidade pública em participação efetiva. Organizações que incorporam chamadas de fomento à sua rotina acadêmica podem possuir mecanismos mais eficientes para divulgar os editais, identificar potenciais orientadores, organizar a submissão dos projetos e acompanhar sua execução. Em instituições nas quais essas estruturas ainda se encontram em processo de consolidação, a mesma oportunidade pode depender de uma cadeia mais frágil de mobilização (MASSI; QUEIROZ, 2010). A diferença, portanto, não está necessariamente na regra estabelecida pelo poder público, mas na capacidade organizacional de cada instituição de responder a ela.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos estudantes. A iniciação científica exige disponibilidade para atividades que ultrapassam a frequência às disciplinas, incluindo leituras, reuniões de orientação, trabalho de campo, tratamento de dados, participação em eventos e elaboração de relatórios. As condições de vida e de inserção profissional dos estudantes podem, contudo, interferir nessa disponibilidade. Morais (2022), ao analisar diferenças no perfil de estudantes de instituições públicas e privadas de ensino superior, identificou entre os alunos das instituições privadas maior preferência por cursos noturnos, característica que a autora relaciona à possibilidade de conciliação entre estudo e trabalho. Nesse contexto, quando o estudante precisa conciliar a graduação com uma atividade remunerada, sua disponibilidade para atividades acadêmicas que ultrapassam a rotina das disciplinas pode ser reduzida. Não se trata, portanto, de afirmar que estudantes das instituições privadas tenham menor interesse pela pesquisa, mas de reconhecer que diferentes condições de vida e de organização acadêmica podem produzir capacidades desiguais de aproveitamento de uma mesma oportunidade.

Os três conjuntos de variáveis analisados permitem compreender que a menor participação das IPES não pode ser atribuída automaticamente ao desenho do edital. A política estabelece uma oportunidade de financiamento e cria regras comuns para sua distribuição, mas sua implementação depende de uma cadeia de atores e capacidades que antecede a avaliação das propostas. A heterogeneidade das trajetórias docentes interfere na mobilização; as condições de trabalho podem limitar a disponibilidade para orientação e pesquisa; e as estruturas institucionais podem facilitar ou dificultar a divulgação, elaboração e submissão dos projetos.

É importante ressaltar que os dados analisados não permitem estabelecer relação causal entre essas variáveis e a menor participação das IPES no Programa Mais Ciência. O presente estudo não investigou diretamente os regimes de contratação dos docentes, a carga horária efetivamente cumprida, a existência de estruturas administrativas de pesquisa em cada instituição ou as condições socioeconômicas dos estudantes. As interpretações apresentadas constituem, portanto, hipóteses analíticas fundamentadas na literatura especializada e compatíveis com a distribuição observada das propostas. Sua confirmação exigiria pesquisas específicas, especialmente estudos com docentes, estudantes e gestores das instituições participantes.

A partir desse enquadramento, a análise do Programa Mais Ciência desloca-se da simples existência de oportunidades formais de financiamento para as condições institucionais que permitem sua utilização. A diferença entre os segmentos público e privado observada nos dados de 2026 não se manifesta apenas no resultado da seleção: ela já aparece na etapa de submissão das propostas. Examinar essa diferença exige, portanto, considerar a capacidade de mobilização de docentes e estudantes, as formas de organização do trabalho acadêmico e o grau de institucionalização da pesquisa nas diferentes organizações de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a participação das Instituições Privadas de Ensino Superior de Campos dos Goytacazes no Programa Mais Ciência, considerando tanto a trajetória da política municipal de fomento à pesquisa quanto as condições de acesso das IPES às oportunidades de iniciação científica. A análise partiu da distinção entre a abertura formal de uma política de financiamento e as condições concretas que permitem aos diferentes atores transformar essa oportunidade em

participação efetiva. Nesse sentido, o estudo procurou compreender não apenas quantos projetos de instituições privadas foram contemplados, mas também como o desenho do programa organiza o acesso aos recursos e quais fatores podem ajudar a explicar a diferença de participação entre instituições públicas e privadas.

A trajetória normativa examinada demonstra que o fomento municipal à ciência antecede a própria denominação atual do programa. A política teve como marco inicial a Lei Municipal nº 8.819/2018, que instituiu o VIVA CIÊNCIA e já contemplava instituições públicas e privadas, sendo posteriormente revogada pela Lei nº 9.130/2021, que reorganizou o sistema municipal de bolsas e passou a prever expressamente o Programa Mais Ciência entre suas modalidades de fomento. Essa trajetória evidencia um processo de institucionalização progressiva da política municipal de apoio à formação científica. Ao longo das seis edições analisadas, correspondentes a 2018, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026, o programa consolidou um canal permanente de financiamento da pesquisa para estudantes e docentes das instituições de ensino superior instaladas no município.

Os resultados da série histórica demonstram que as Instituições Privadas de Ensino Superior participaram de todas as edições analisadas. Entre 2018 e 2026, foram contemplados 353 projetos, dos quais 72 estavam vinculados às IPES, correspondendo a 20,4% do total, enquanto 281 projetos, equivalentes a 79,6%, estavam vinculados às instituições públicas. A participação privada, portanto, não foi episódica: permaneceu presente ao longo de toda a trajetória do programa e alcançou diferentes instituições do município. A primeira edição apresentou, inclusive, distribuição exatamente equilibrada entre os dois segmentos, com quinze projetos públicos e quinze privados. O depoimento da coordenadora do programa, Leonora Tinoco, associa esse resultado à participação de representantes das instituições de ensino superior na construção do primeiro edital e à mobilização realizada por essas instituições para a apresentação das propostas.

A análise do Edital nº 006/2026 permitiu avançar sobre uma dimensão que não poderia ser observada apenas pela distribuição dos projetos contemplados. O edital estabelece condições comuns de participação para instituições públicas e privadas e organiza a avaliação das propostas a partir de critérios que envolvem o atendimento às diretrizes do programa, a relevância e os impactos da pesquisa para o município, sua viabilidade, sua qualidade técnica e a competência profissional do proponente. Além disso, determina que o projeto seja apresentado sem a identificação do professor, do estudante ou da instituição de ensino. Esses elementos permitem identificar uma

dimensão de horizontalização no momento da seleção, uma vez que a origem institucional não aparece como atributo do documento submetido à apreciação e a proposta precisa demonstrar, por seus próprios elementos, sua relevância, qualidade e viabilidade. A competência do orientador permanece como requisito e elemento de avaliação, relacionada à sua capacidade de desenvolver e orientar a investigação proposta.

Essa constatação, entretanto, não significa que o desenho do edital elimine as diferenças existentes entre as instituições. A análise demonstrou que a política estabelece condições comuns para a disputa, mas não produz condições institucionais equivalentes para que docentes e estudantes cheguem a essa disputa. A existência de estruturas administrativas de pesquisa, grupos consolidados, disponibilidade de docentes para orientação, tempo destinado à elaboração de projetos e condições de participação dos estudantes são elementos que antecedem o processo de avaliação. A própria edição de 2026 torna essa distinção particularmente evidente: das 159 propostas identificadas, 130 eram provenientes de instituições públicas e apenas 29 de instituições privadas, correspondendo estas a 18,2% das submissões. A diferença, portanto, já se manifesta antes que a comissão avaliadora examine a qualidade das propostas.

É nesse ponto que a análise das capacidades científicas das instituições privadas assume importância. As condições de trabalho docente, especialmente em contextos nos quais a atividade profissional está organizada predominantemente em torno da hora-aula e é combinada com outros vínculos de trabalho, podem dificultar a disponibilidade necessária para elaboração de projetos, orientação e participação em atividades de pesquisa. Da mesma forma, estudantes que conciliam a graduação com trabalho remunerado ou outras responsabilidades podem encontrar dificuldades para dedicar-se às atividades que integram a iniciação científica. A existência de estruturas institucionais destinadas à pesquisa, à divulgação de editais e ao acompanhamento das propostas também pode favorecer a transformação da oportunidade formal de financiamento em participação efetiva. Essas dimensões, contudo, devem ser compreendidas como hipóteses explicativas fundamentadas na literatura e compatíveis com os dados encontrados, e não como relações causais demonstradas pelo presente estudo.

Essa limitação é importante. A pesquisa não investigou diretamente os regimes de contratação dos docentes das instituições participantes, sua carga horária, a existência e o funcionamento de estruturas administrativas de pesquisa, o perfil

socioeconômico dos estudantes ou as condições específicas de cada instituição para elaboração e submissão de projetos. Por essa razão, os dados disponíveis permitem demonstrar a desigualdade de participação, mas não permitem atribuir causalmente essa diferença a uma variável institucional específica. A principal evidência empírica do estudo é a concentração das propostas e dos projetos contemplados nas instituições públicas, acompanhada da presença contínua das IPES no programa e de sua participação proporcionalmente menor no processo seletivo de 2026.

A contribuição do estudo está, assim, em distinguir dois momentos diferentes da democratização do fomento científico. O primeiro corresponde à construção das regras de acesso e avaliação. Nesse plano, o Programa Mais Ciência estabelece uma oportunidade municipal aberta às instituições públicas e privadas e adota critérios comuns para apreciação das propostas, com significativa incidência sobre suas características substantivas. O segundo corresponde às condições necessárias para que essa oportunidade seja efetivamente aproveitada. Nesse plano, as diferenças de capacidade institucional, organização da pesquisa, condições de trabalho docente e disponibilidade dos estudantes podem produzir resultados desiguais antes mesmo da avaliação das propostas. Os dados de 2026 sugerem precisamente essa diferença entre a igualdade das regras e a desigualdade das condições de participação.

Dessa forma, o Programa Mais Ciência não deve ser compreendido apenas pela quantidade de bolsas que distribui, mas também pela estrutura de oportunidades que cria no sistema municipal de ensino superior. Sua trajetória demonstra que o município passou a atuar diretamente no financiamento da formação científica e que as instituições privadas foram incorporadas de maneira permanente a esse sistema. Ao mesmo tempo, a permanência de uma participação minoritária das IPES indica que a abertura formal do programa não é suficiente para produzir uma distribuição equilibrada entre os segmentos. O desafio que emerge da análise não está apenas em assegurar que instituições públicas e privadas possam concorrer aos recursos, mas em compreender quais condições permitem que ambas tenham capacidade efetiva de transformar essa possibilidade em projetos submetidos e desenvolvidos.

Nesse sentido, os resultados apontam para a importância de políticas complementares de aproximação com as instituições de ensino superior, especialmente no que se refere à divulgação dos editais, ao estímulo à elaboração de propostas e ao fortalecimento das estruturas de pesquisa nas instituições que ainda possuem menor capacidade de mobilização científica. Não se trata de substituir critérios acadêmicos por mecanismos de reserva ou de assegurar resultados previamente distribuídos entre

instituições públicas e privadas, mas de reconhecer que a igualdade estabelecida no processo seletivo convive com capacidades institucionais desiguais. O fortalecimento dessas capacidades pode ampliar o número de atores efetivamente aptos a participar da política, preservando os critérios de qualidade e mérito que estruturam a seleção.

Por fim, a experiência do Programa Mais Ciência demonstra a relevância de observar as políticas municipais de ciência, tecnologia e inovação não apenas como instrumentos de distribuição de recursos, mas como mecanismos capazes de alterar, ainda que parcialmente, as condições locais de acesso à formação científica. A experiência de Campos dos Goytacazes mostra que a descentralização do financiamento pode criar novas oportunidades para estudantes e docentes de diferentes instituições, mas também revela que a democratização do acesso à pesquisa depende de condições que ultrapassam o alcance de um edital. A política pública pode estabelecer uma arena comum de competição; a capacidade de ocupar essa arena, entretanto, é construída no interior das próprias instituições e nas trajetórias acadêmicas de seus docentes e estudantes. É justamente nessa relação entre igualdade das oportunidades oferecidas pelo poder público e desigualdade das capacidades necessárias para aproveitá-las que se encontra a principal questão revelada por este estudo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Eliana Aparecida de Paula Silva. A docência na universidade privada: entre o trabalho e o emprego. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Edital nº 006/2026: Processo de Seleção para o Programa Mais Ciência – Ciclo 2026/2027. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2026.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Municipal nº 8.819, de 28 de março de 2018. Institui o Programa Municipal de Apoio à Ciência, Tecnologia, Inovação, Extensão e Empreendedorismo – VIVA CIÊNCIA. Campos dos Goytacazes, 2018.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Municipal nº 9.130, de 17 de dezembro de 2021. Altera as diretrizes do fomento municipal. Campos dos Goytacazes, 2021.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Municipal nº 9.340, de 17 de julho de 2023. Campos dos Goytacazes, 2023.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: o financiamento do setor privado em debate. Educação & Sociedade, v. 36, n. 130, p. 101-118, 2015.

CHUBIN, D. E.; HACKETT, E. J. Peerless science: peer review and U.S. science policy. Albany: State University of New York Press, 1990.

DAVYT, Amílcar; VELHO, Léa. A avaliação da ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 93-116, 2000.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane. Precarização do trabalho docente de ensino superior em IES privadas brasileiras. Brazilian Business Review, Vitória, v. 20, n. 3, p. 339-361, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

MARTINS, A. M. O ensino superior privado no Brasil: as transformações recentes do setor. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 15-38, 2009.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 173-197, jan./abr. 2010. DOI: 10.1590/S0100-15742010000100009.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. Implementation and public policy. Lanham: University Press of America, 1989.

MERTON, Robert K. Ensaios de sociologia da ciência. São Paulo: Editora 34, 2013.

MORAIS, Ana Maria de Paula. Uma análise multivariada do perfil de alunos do ensino superior. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 45-66, 2022. DOI: 10.61673/ren.2022.1127.

RAWLS, John. A theory of justice. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

SCHNEIDER, A. L.; INGRAM, H. Policy design for democracy. Lawrence: University Press of Kansas, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica no Brasil e o papel do ensino superior. São Paulo: Funesp, 2015.

SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. D. M. (org.). Pesquisa universitária em questão. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1986.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

VELOSO, Elza Fátima Rosa. Gestão de carreira de professores: a relação com a ação estratégica em uma universidade privada da cidade de São Paulo. Revista Administração em Diálogo, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-25, 2009. DOI: 10.20946/rad.v11i1.2739.